

COLETÂNEA DA LEGISLAÇÃO
INDIGENISTA BRASILEIRA

Presidente da República
LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Ministro da Justiça
TARSO GENRO

Presidente da FUNAI
MÁRCIO AUGUSTO FREITAS DE MEIRA

Diretor de Assistência
ALOYSIO ANTÔNIO CASTELO GUAPINDAIA

Diretora de Assuntos Fundiários
MARIA AUXILIADORA CRUZ DE SÁ LEÃO

Diretora de Administração
ASTRID INÊS SCHUSTER



Ministério da Justiça
Fundação Nacional do Índio

COLETÂNEA DA LEGISLAÇÃO INDIGENISTA BRASILEIRA

Luiz Fernando Villares e Silva
Organizador

Brasília - DF
2008

CGDTI
FUNAI

© 2008 FUNAI

Direitos desta edição à FUNAI/CGDTI

Este livro pode ser reproduzido em parte, desde que citada a fonte.

Pesquisa e organização: Luiz Fernando Villares

Revisão: Karla Bento de Carvalho - CGDTI/FUNAI

Catálogo na fonte: Cleide de Albuquerque Moreira - CRB 1100 - SEBIB/CGDTI

Sumário e Índices: Luciana dos Santos Nahuz - CRB 1 n° 1665

Projeto gráfico e editoração eletrônica: Marli Moura - DIE/CGDTI

Capa: grafismo de cestaria Baniwa-AM / Entradas de capítulo: Desenhos Asuriní-PA e Kadiwéu-MS

Dados internacionais de catalogação

“Biblioteca Curt Nimuendaju”

Silva, Luiz Fernando Villares e. (Org.). Coletânea da legislação indigenista brasileira. – Brasília: CGDTI/FUNAI, 2008.
818p.

ISBN 978-85-7546-028-3

1. Legislação Indígena 2. Direitos Indígenas 3. Política Indigenista 4. Políticas Públicas I. Título

CDU 325.45(81)

Fundação Nacional do Índio - FUNAI

Diretoria de Administração - DAD

Coordenação Geral de Documentação e Tecnologia da Informação - CGDTI

SEPS Q. 702/902 Bloco A 1º Andar

CEP 70.390-025 - Brasília-DF - Brasil

Telefones: (61) 3313 3600 / 3313 3602 - Fax: (61) 3313 3653

indios@funai.gov.br

<http://www.funai.gov.br>

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACS – Agente Comunitário de Saúde
Adene – Agência de Desenvolvimento do Nordeste
AIH – Autorização de Internação Hospitalar
Art. – Artigo
Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Casai – Casa de Saúde do Índio
CC – Código Civil
CDRS – Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável
CEB – Câmara de Educação Básica / Mec
CEP – Comitê de Ética em Pesquisa
Cepesc – Centro de Pesquisa e Desenvolvimento para Segurança das Comunicações
CISI – Comissão Internacional de Saúde do Índio
CGPAS – Coordenação Geral de Planejamento e Avaliação da Saúde Indígena
CNAS – Conselho de Assistência Social
CNCd – Conselho Nacional de Combate à Discriminação
CNE – Conselho Nacional de Educação
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNPI – Conselho Nacional de Proteção aos Índios
GNPIR – Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial
CNS – Conselho Nacional de Saúde / MS
Coiab – Coordenação das Organizações das Comunidades Indígenas da Amazônia Brasileira
Comoa – Coordenação de Monitoramento de ações e serviços
Conaq – Coordenação Nacional de Articulação de Quilombolas
Condraf – Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
Conep – Comissão Nacional de Ética em Pesquisa

Consea – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
Coope – Coordenação de Operações dos Distritos Sanitários
Copsi – Coordenação de Programas e Projetos de Saúde Indígena
Core – Coordenação de Saúde
Cosai – Coordenação de Saúde do Índio
CP – Código Penal
CPP – Código Processual Penal
DCN – Diário do Congresso Nacional
Dec. – Decreto
Dec-Lei – Decreto Lei
DENSP – Departamento de Engenharia e Saúde Pública
Desai – Departamento de Saúde Indígena / FUNASA
DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral
D.O.U. – Diário Oficial da União
Dsai – Departamento de Saúde Indígena
Dsei – Distritos Sanitários Especiais Indígenas
FCP – Fundação Cultural Palmares
FNAS – Fundo Nacional de Assistência Social
Funai – Fundação Nacional do Índio
Funasa – Fundação Nacional de Saúde
GLTB – Segmento de “Gays”, Lésbicas, Transgêneros e Bissexuais
Ibama – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais e Renováveis
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Iphan – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ITR – Imposto Territorial Rural
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MA – Ministério da Agricultura
MCT – Ministério da Ciência e Tecnologia
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC – Ministério da Educação
MJ – Ministério da Justiça
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MMC – Movimento de Mulheres Camponesas

MME – Ministério de Minas e Energia
MP – Ministério Público
MRE – Ministério das Relações Exteriores (Itamaraty)
MS – Ministério da Saúde
nº - Número
NEAD – Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural
OIT – Organização Internacional do Trabalho
OMS – Organização Mundial da Saúde
ONU – Organização das Nações Unidas
PAIF – Programa de Atenção Integral à Família
PNAA – Programa Nacional de Acesso à Alimentação
PNDH – Programa Nacional de Direitos Humanos
PNE – Plano Nacional de Educação
PNF – Programa Nacional de Florestas
PNGG – Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro
PNPIR – Política Nacional de Promoção de Igualdade
PNPM – Plano Nacional de Políticas para Mulheres
PNS – Plano Nacional de Saúde
PNX – Parque Nacional do Xingu
PPACI – Programa de Promoção da Alimentação Saudável em Comunidade Indígena
PPI – ECD – Programação Pactuada Integrada de Endemias e Controle de Doenças
Pronabio – Programa Nacional da Diversidade Biológica
Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
Prouni – Programa “Universidade para Todos”
Res. – Resolução
SAS – Secretaria de Assistência à Saúde
SEPPPIR – Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República
SESI – Serviço Social da Indústria
SESC – Serviço Social do Comércio
SEST – Serviço Social do Transporte
Siafi – Sistema Integrado de Administração Financeira
Siape – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIH – Sistema de Informações Hospitalares
Sivam – Sistema de Vigilância da Amazônia

Sipam – Sistema de Proteção da Amazônia

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza

SPHAN – Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SPI – Serviço de Proteção aos Índios

SPU – Serviço de Patrimônio da União

SUS – Sistema Único de Saúde

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TUP – Telefone de Uso Público

ZEE – Zoneamento Ecológico Econômico

APRESENTAÇÃO

A Coletânea da Legislação Indigenista é uma compilação das principais leis, atos normativos e acordos internacionais que regulam as relações dos povos indígenas com a sociedade e o Estado brasileiros.

As versões anteriores desta coleção de atos e normas constituíram-se em fonte de consulta utilizada por procuradores federais, membros do ministério público, técnicos da Funai e do governo em geral, estudantes de Direito e, cada vez mais, por lideranças indígenas na defesa de seus direitos.

Como das outras vezes, a Funai disponibiliza gratuitamente esta obra a todos os interessados, em razão da importância e do alcance que ela tem conquistado ao longo dos anos. Entendemos que sua utilização pelo maior número possível de profissionais, em todas as áreas, contribui enormemente para a concretização dos direitos, normas e preceitos contidos em seus enunciados, transformando a letra em realidades mais favoráveis aos povos indígenas do Brasil.

Como principal novidade desta edição, publicamos a versão em português da Declaração das Nações Unidas Sobre os Direitos dos Povos Indígenas, aprovada em 2007 e objeto de um intenso debate a partir de versões incompletas e claramente distorcidas veiculadas por parte da mídia nacional. Temos certeza que a divulgação do texto completo da Declaração da ONU, em conjunto com a legislação nacional que trata do assunto, contribuirá para elevar o debate em torno de seus artigos e permitirá uma visão mais serena em relação ao alcance dos direitos nela reconhecidos.

A tradução da declaração utilizada nesta obra foi-nos gentilmente fornecida pela Divisão de Direitos Humanos do Ministério das Relações Exteriores, a quem agradecemos vivamente.

Não poderíamos deixar também de agradecer ao Dr. Luiz Fernando Villares e Silva, ex-procurador-geral da Funai, pela organização e revisão de todo o conteúdo deste livro, realizadas de forma absolutamente generosa e desinteressada.

Por último, cabe o reconhecimento e agradecimento ao PPTAL (Projeto Integrado de Proteção das Populações e Terras indígenas da Amazônia Legal) e à Agência de Cooperação do governo alemão (KfW) pelo apoio financeiro a esta edição.

ARTUR NOBRE MENDES
Coordenador Geral de Documentação
e Tecnologia da Informação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	21
1 LEGISLAÇÃO FUNDAMENTAL	23
Declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos povos indígenas	25
Constituição Federal de 1988	34
Estatuto do Índio – Lei nº 6.001, de 19.12.1973	45
Convenção 169 da OIT – Decreto 5.051, de 19.04.2004	54
Pacto Internacional Direitos Cívicos e Políticos - ONU – Decreto nº 592, de 06.07.1992	64
Pacto Internacional Direitos Econômicos, Sociais e Culturais - ONU – Decreto nº 591, de 06.07.1992	77
Convenção Americana sobre Direitos Humanos (OEA) - Pacto de São José da Costa Rica Decreto nº 678, de 06.11.1992	85
Código Penal – Decreto-Lei nº 2.848, de 07.12.1940	102
Código de Processo Penal – Decreto-Lei nº 3.689, de 03-10.1941	104
2 CIDADANIA	105
Convenção internacional sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial – Decreto nº 65.810, de 08.12.1969	107
Convenção 104 – Abolição penal de trabalhadores indígenas – Decreto nº 58.821, de 14.07.1966	116
Institui o dia do índio – Decreto-Lei nº 5.540, de 02.06.1943	119
Institui o dia nacional de luta dos povos indígenas – Lei nº 11.696, de 12.06.2008	119
Código Civil – Lei nº 10.406, de 10.01.2002	120
Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069, de 13.07.1990	123
Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial – Decreto nº 4.886, de 20.11.2003	127
Programa Nacional de Direitos Humanos – Decreto nº 4.229, de 13.05.2002	131

S U M Á R I O

Crimes resultantes de preconceito de raça e cor – Lei nº 7.716, de 05.01.1989	132
Inclui entre as contravenções penais a prática de atos de preconceito de raça, cor, sexo ou estado civil. – Lei nº 7.437, de 20.12.1985	134
Discriminação no acesso ou manutenção à relação de emprego – Lei nº 9.029, de 13.04.1995..	135
Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – Decreto nº 5.390, de 08.03.2005	136
Crime de genocídio – Lei nº 2.889, de 01.10.1956	139
Lei de crimes hediondos – Lei nº 8.072, de 25.07.1990	140
Fundo de direitos difusos – Decreto nº 1.306, de 09.11.1994	141
Defesa dos direitos indígenas em juízo	
Lei da Ação Civil Pública – Lei nº 7.347, de 24.07.1985	143
Código de Defesa do Consumidor – Lei nº 8.078, de 11.09.1990	146
3 ORDENAMENTO TERRITORIAL	151
Demarcação de Terras Indígenas	153
Procedimento administrativo de demarcação de terras indígena – Decreto nº 1.775, de 08.01.1996	153
Relatório circunstanciado de identificação e demilitação de Terras Indígenas – Portaria MJ 14 de 09.01.1996	155
Contratação de servidores temporários para FUNAI – Lei nº 8.745, de 09.12.1993	157
Legislação estadual sobre terras indígenas	160
Constituição do Estado do Mato Grosso do Sul	160
Constituição do Estado do Rio Grande do Sul	162
Lei Estadual do Rio Grande do Sul que autoriza a instituição do FUNTERRAS – Lei nº 7.916, de 16.07.1984	164
Constituição do Estado de Santa Catarina	167
Mineração	169
Código de Mineração – Decreto-Lei nº 227, de 28.02.1967	169
Regulamentação da exploração de riquezas minerais em terras indígenas – Decreto nº 88.895, de 10.11.1983	172
Regime de permissão de lavra garimpeira – Lei nº 7.805, de 18.07.1989	173
Regulamentação do regime de permissão de lavra garimpeira – Decreto nº 98.812, de 09.01.1990	177
Reforma agrária	182
Lei da Reforma Agrária – Lei nº 8.629, de 25.02.1993	182

S U M Á R I O

Regulamentação do CONDRAF – Decreto nº 4.854, de 08.10.2003	185
Regulamentação do Fundo de Terras e Reforma Agrária – Decreto nº 4.892, de 25.11.2003...	187
Terras quilombolas	188
Demarcação de terras quilombolas – Decreto nº 4.887, de 20.11.2003	188
Identificação e reconhecimento de comunidades remanescentes de quilombos – Portaria nº 6, de 01.03.2004	192
Regulamentação do procedimento para demarcação de terras quilombolas – Instrução Normativa nº 20, de 19.09.2005	194
Outros	200
Bens móveis da União – Decreto-Lei nº 9.760, de 05.09.1946	200
Lei de Registros Públicos – Lei nº 6.015, de 31.12.1973	202
Terras de aldeamentos indígenas extintos – Medida Provisória nº 2.180-35, de 24.08.2001...	204
Administração dos bens imóveis de domínio da União – Lei nº 9.636, de 15.05.1998	205
Imposto Territorial Rural – Lei nº 9.393, de 19.12.1996	207
Regulamentação da administração dos bens imóveis da União – Decreto nº 3.725, de 10.01.2001	208
Usucapião especial de imóveis rurais – Lei nº 6.969, de 10.12.1981	209
Resolução Concid nº 34 de 2005	210
4 MEIO AMBIENTE	213
Normas gerais	215
Política Nacional do Meio Ambiente – Lei nº 6.938, de 31.08.1981	215
Lei de crimes ambientais – Lei nº 9.605, de 12.02.1998	224
Regulamentação das sanções administrativas e penais ambientais – Decreto nº 6.514, de 22.07.2008	237
Licenciamento ambiental	260
Diretrizes para a Avaliação de Impacto Ambiental – Resolução CONAMA nº 001, de 23.01.1986	260
Licenciamento ambiental – Resolução CONAMA nº 237, de 19.12.1997	264
Preservação da flora e fauna	272
Lei de florestas públicas – Lei nº 11.284, de 02.03.2006	272
Regulamentação da Lei de Florestas Públicas – Decreto nº 6.063, de 20.03.2007	292
Código Florestal – Lei nº 4.771, de 15.09.1965	310

S U M Á R I O

Lei de proteção à florestas em nascente de rios – Lei nº 7.754, de 14.04.1989	316
Lei de proteção à fauna – Lei nº 5.197, de 03.01.1967	317
Plano Nacional de Áreas Protegidas – Decreto nº 5.758, de 13.04.2006	322
Zoneamento Econômico Ecológico – Decreto nº 4.297, de 10.07.2002	338
Programa Nacional de Florestas – Decreto nº 3.420, de 20.04.2000	342
Programa piloto para proteção de florestas tropicais – Decreto nº 2.119, de 13.01.1997	346
Exploração da Mata Atlântica – Decreto nº 750, de 10.02.1993	348
Unidades de conservação	350
Sistema Nacional de Unidades de Conservação – Lei nº 9.985, de 18.07.2000	350
Organismos Geneticamente Modificados em Terras Indígenas – Lei nº 11.460, de 21.03.2007..	365
Regulamentação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – Decreto nº 4.340, de 22.08.2002	366
Serviço voluntário em unidades de conservação – Decreto nº 4.519, de 13.12.2002	373
Diversidade biológica e cultural e patrimônio genético associado	374
Convenção sobre Diversidade Biológica – Decreto nº 2.519, de 16.03.1998	374
Acesso ao patrimônio genético – Medida Provisória nº 2.186-16, de 23.08.2001	392
Conselho de Gestão do Patrimônio Genético – Decreto nº 3.945, de 28.09.2001	403
Política Nacional de Biodiversidade – Decreto nº 4.339, de 22.08.2002	414
Programa Nacional da Diversidade Biológica – Decreto nº 4.703, de 21.05.2003	421
Regulamentação das sanções lesivas ao patrimônio genético – Decreto nº 5.459, de 07.06.2005	425
Recursos hídricos	432
Política Nacional de Recursos Hídricos – Lei nº 9.433, de 08.01.1997	432
Outros	442
Compensação ambiental em projetos e obras federais – Decreto nº 95.733, de 12.02.1988	442
5 EDUCAÇÃO	443
Estrutura geral	444
Diretrizes e bases da educação nacional - LDB – Lei nº 9.394, de 20.12.1996	444
Plano Nacional de Educação – Lei nº 10.172, de 09.01.2001	466
Convenção relativa à luta contra discriminação no ensino – Decreto nº 63.223, de 06.09.1968	471

S U M Á R I O

Diretrizes curriculares nacionais para a formação de docentes – Resolução CEB nº 02, de 19.04.1999	472
Diretrizes curriculares nacionais para o ensino fundamental – Resolução CEB nº 02, de 07.04.1998	473
Diretrizes curriculares nacionais para o ensino médio – Resolução CEB nº 03, de 26.06.1998	474
Diretrizes operacionais para educação básica nas escolas do campo – Resolução CNE/CEB nº 1, de 03.04.2002	478
Diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana – Resolução nº 1, de 17.06.2004	481
Educação indígena	483
Educação escolar indígena no Governo Federal – Decreto nº 26, de 04.02.1991	483
Portaria sobre educação escolar indígena – Portaria Interministerial MJ/MEC nº 559, de 16.04.1991	483
Diretrizes nacionais para o funcionamento das escolas indígenas – Resolução CEB nº 3, de 14.12.1999	485
Critérios para o repasse de recursos financeiros à conta do PNAE – Resolução FNDE/CD nº 045, de 31.10.2003	488
Ensino superior	495
Programa Diversidade na Universidade – Lei nº 10.558, de 13.11.2002	495
Regulamentação do Programa Diversidade na Universidade – Decreto nº 4.876, de 12.11.2003	496
Programa Universidade para Todos – PROUNI – Lei nº 11.096, de 13.01.2005	497
Regulamentação do PROUNI – Decreto nº 5.493, de 18.07.2005	498
6 SEGURIDADE SOCIAL	501
Lei Orgânica da Seguridade Social – Lei nº 8.212, de 24.07.1991	503
Saúde	505
Sistema Único de Saúde – Lei nº 8.080, de 19.09.1990	505
Participação da comunidade no Sistema Único de Saúde – Lei nº 8.142, de 28.12.1990	509
Assistência à saúde dos povos indígenas no âmbito do SUS – Decreto nº 3.156, de 27.08.1999	510
Política Nacional sobre o Álcool – Decreto nº 6.117, de 22.05.2007	513
Plano Nacional de Saúde – Portaria nº 2.607, de 10.12.2004	515

S U M Á R I O

Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas – Portaria nº 254, de 31.01.2002	518
Diretrizes da gestão da Política Nacional de Atenção à Saúde Indígena – Portaria nº 70/GM, de 20.01.2004	534
Responsabilidades na prestação de assistência à saúde dos povos Indígenas – Portaria MS nº 2.656, de 17.10.2007	537
Programa de Promoção da Alimentação Saudável em Comunidades Indígenas – Portaria nº 2.405/GM, de 27.12.2002	544
Composição e organização das equipes de atenção à saúde indígena – Portaria nº 1.088, de 04.07.2005	546
Distritos Sanitários Especiais – Portaria nº 852, de 30.09.1999	548
Alterações nos Distritos Sanitários Especiais – Portaria nº 1.810, de 03.08.2006	550
Composição da Comissão Intersetorial de Saúde do Índio – Resolução nº 293, de 08.07.1999	551
Certificado Hospital Amigo do Índio – Portaria nº 645, de 27.03.2006	552
Assistência social	554
Organização da Assistência Social – Lei nº 8.742, de 07.12.1993	554
Bolsa Família – Lei nº 10.836, de 09.01.2004	556
Regulamentação do Bolsa Família – Decreto nº 5.209, de 17.09.2004	558
Programa de Atenção Integral à Família - PAIF – Portaria nº 78, de 08.04.2004	560
Previdência social	563
Planos de benefícios da Previdência Social – Lei nº 8.213, de 24.07.1991	563
7 CULTURA	567
Convenção sobre a diversidade de expressões culturais – Decreto nº 6.177, de 1º.08.2007	569
Patrimônio material	583
Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Decreto-Lei nº 25, de 30.11.1937 ..	583
Monumentos arqueológicos e pré-históricos – Lei nº 3.924, de 26.07.1961	584
Patrimônio imaterial	588
Registro de bens culturais de natureza imaterial – Decreto nº 3.551, de 04.08.2000	588
Propriedade intelectual	590
Direito autoral e de imagem – Lei nº 9.610, de 19.02.1998	590
Entrada em terra indígena em relação ao direito autoral e de imagem – Portaria nº 177/Pres/FUNAI, de 16.02.2006	606

S U M Á R I O

PRONAC	613
Programa Nacional de Apoio à Cultura - PRONAC – Lei nº 8.313, de 23.12.1991	613
Regulamentação do PRONAC – Decreto nº 5.761, de 27.04.2006	615
8 ORGANIZAÇÃO DA UNIÃO	617
Ações de proteção ambiental, saúde e apoio às comunidades indígenas – Decreto nº 1.141, de 05.05.1994	619
Ministério da Justiça	622
Estrutura Regimental – Decreto nº 6.061, de 15.03.2007	622
Conselho Nacional de Política Indigenista – Decreto de 22 de março de 2006	623
Regimento interno do Conselho Nacional de Política Indigenista – Portaria nº 1.396, de 15.08.2007	626
Fundo de Direitos Difusos – Decreto nº 1.306, de 09.11.1994	630
FUNAI	633
Instituição da Fundação Nacional do Índio - FUNAI – Lei nº 5.371, de 05.12.1967	633
Estatuto da FUNAI – Decreto nº 4.645, de 25.03.2003	635
Regimento interno da FUNAI – Portaria nº 542-MJ, de 21.12.1993	642
Diretrizes para atuação junto aos índios isolados – Portaria nº 281/PRES-FUNAI, de 20.04.2000	655
Frente de Proteção Etnoambiental – Portaria nº 290/PRES-FUNAI, de 20.04.2000	656
Regimento interno do Conselho Indigenista – Portaria nº 1.098-MJ, de 23.09.2002	657
Polícia Federal	660
Estrutura – Decreto nº 73.332, de 19.12.1973	660
Regimento Interno – Portaria nº 1.300-MJ, de 04.09.2003	663
Ministério Público	664
Organização do Ministério Público da União – Lei Complementar nº 75, de 20.05.1993	664
Presidência da República	
Organização da Presidência da República – Lei nº 10.683, de 28.05.2003	667
SEDH	668
Estrutura da Secretaria Especial dos Direitos Humanos-SEDH – Dereto nº 5.174, de 09.08.2004	668

S U M Á R I O

SEPPIR	674
Lei de criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR – Lei nº 10.678, de 23.05.2003	674
Estrutura da SEPPIR – Decreto nº 5.197, de 27.08.2004	675
Conselho Nacional de Combate à Discriminação - CNCD – Decreto nº 5.397, de 22.03.2005	677
Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial - CNPIR – Decreto nº 4.885, de 20.11.2003	678
SEPM	680
Plano Nacional de Políticas para as Mulheres-PNPM – Decreto nº 5.390, de 08.03.2005..	680
Advocacia-Geral da União	682
Atribuições da Procuradoria da FUNAI – Medida Provisória nº 2.180-35, de 24.08.2001	682
Procuradoria-Geral Federal – Lei nº 10.480, de 02.07.2002	684
Ministério da Cultura	686
Estrutura – Decreto nº 5.711, de 24.02.2006	686
IPHAN	687
Estrutura – Decreto nº 5.040, de 07.04.2004	687
Ministério do Desenvolvimento Agrário	688
Estrutura – Decreto nº 5.033, de 05.04.2002	688
Portaria MDA nº 63 de 09.08.2004	689
INCRA	691
Estrutura – Decreto nº 5.735, de 27.03.2006	691
Ministério do Desenvolvimento Social	693
Estrutura – Decreto nº 5.550, de 22.09.2005	693
Ministério da Educação	694
Estrutura – Decreto nº 5.159, de 28.07.2004	694
Ministério do Meio Ambiente	697
Estrutura – Decreto nº 6.101, de 26.04.2007	697
IBAMA	698
Estrutura – Decreto nº 6.099, de 26.04.2007	698

S U M Á R I O

Instituto Chico Mendes	699
Criação – Lei nº 11.516, de 28.08.2007	699
Estrutura – Decreto nº 6.100, de 26.04.2007	700
Ministério das Relações Exteriores	701
Estrutura – Decreto nº 5.979, de 06.12.2006	701
Ministério da Saúde	702
Estrutura – Decreto nº 5.974, de 29.11.2006	702
FUNASA	703
Estrutura – Decreto nº 4.727, de 09.06.2003	703
Regimento Interno – Portaria nº 1.776-MJ, de 08.09.2003	705
Alterações do Regimento da FUNASA – Portaria nº 1.810, de 03.08.2006	712
Distritos Sanitários Especiais – Portaria nº 852, de 30.09.1999	713
9 ETNODESENVOLVIMENTO	717
Fundo para o Desenvolvimento dos Povos Indígenas – Decreto nº 3.108, de 30.06.1999	719
Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades tradicionais - Decreto nº 6.040, de 07.02.2007	726
Resolução CONDRAF nº 44, de 13-07-2004	729
Atividades produtivas	731
Diretrizes para a Política Nacional da Agricultura Familiar – Lei nº 11.326, de 24.07.2006.	731
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Decreto nº 3.991, de 30.10.2001	733
Agricultura	735
Política agrícola – Lei nº 8.171, de 17.01.1991	735
Sistema Nacional de Sementes e Mudas – Lei nº 10.711, de 05.08.2003	739
Regulamentação do Sistema Nacional de Sementes e Mudas – Decreto nº 5.153, de 23.07.2004	741
10 DEFESA	743
Defesa Nacional e Faixa de Fronteira	745
Faixa de fronteira – Lei nº 6.634, de 02.05.1979	745
Organização do Conselho de Defesa Nacional – Lei 8.183 de 11.04.1991	746

S U M Á R I O

Regulamento do Conselho de Defesa Nacional – Decreto 893 de 12.08.1993	747
Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional – Decreto 4.801 de 06.08.2003	748
Forças Armadas	750
Lei Complementar 97 de 09.06.1999	750
Decreto 4.412 de 07.10.2002	751
Portaria MD/SPEAI/DPE 983 de 17.10.2003	752
Portaria MD/EME 020 de 02.04.2003	756
Portaria MD/Can 537/CG3, de 07.05.2004	758
11 PESQUISA	759
Política de desenvolvimento da biotecnologia – Decreto nº 6.041, de 08.02.2007	761
Pesquisa científica por estrangeiros – Decreto nº 98.830, de 15.01.1990	764
Regulamento sobre coleta, por estrangeiros, de dados e materiais científicos no Brasil – Portaria MCT nº 55, de 14.03.1990	767
Pesquisa envolvendo seres humanos – área povos indígenas – Resolução MS/CNS nº 304, de 09.08.2000	768
Ingresso em terras indígenas com finalidade científica – Instrução Normativa nº 01/PRESI-FUNAI, de 29.11.1995	771
Conselho de Gestão do Patrimônio Genético - MMA	773
Resolução CGEN nº 3, de 30.10.2002	773
Resolução CGEN nº 5, de 26.06.2003	774
Resolução CGEN nº 6, de 26.06.2003	776
Resolução CGEN nº 9, de 18.12.03	778
Resolução CGEN nº 11, de 25.03.2004	781
Resolução CGEN nº 12, de 25.03.2004	784
Resolução CGEN nº 19, de 22.09.2005	786
Resolução CGEN nº 22, de 28.09.2006	787
ÍNDICE REMISSIVO	789
ÍNDICE ALFABÉTICO	811

INTRODUÇÃO

A presente obra é fruto de mais um esforço da Fundação Nacional do Índio, por meio de sua Coordenação Geral de Documentação e Tecnologia da Informação, em oferecer ao público interessado uma coletânea dos atos constitucionais, supra e infraconstitucionais que regulamentam as relações do Estado brasileiro com as sociedades indígenas brasileiras.

A iniciativa no sentido de reunir, sistematizar e disponibilizar os atos e normas em vigor que orientam a política indigenista rendeu o primeiro fruto em 2002, com o lançamento da *Legislação Indigenista Brasileira e Normas Correlatas*, organizada por Edvard Dias Magalhães, e teve prosseguimento com a edição da 2ª edição, em 2003, e da 3ª, em 2005.

Diante da grande receptividade e interesse com relação ao tema, e atendendo ao objetivo de disponibilizar ao público conteúdo atualizado, que incluísse as inovações surgidas nos últimos anos, foi organizada uma nova obra, a *Coletânea da Legislação Indigenista*, de autoria de Luiz Fernando Villares e Silva.

O conjunto dos atos jurídicos organizados nesta obra foi revisto e atualizado de forma a contemplar os atos publicados até o mês de setembro de 2008, ressaltando-se que a legislação correlata à presente matéria não foi transcrita na sua íntegra e sim nos principais pontos afetos à temática indígena. Coube ao organizador eleger, de forma discricionária, os atos que aqui estão publicados, bem como aqueles trechos julgados mais relevantes para os povos indígenas. Dessa maneira, a sua consulta não substitui a pesquisa em outras fontes documentais.

A disposição dos atos aqui coligidos aborda a questão indígena nos seguintes recortes: legislação ambiental, cidadania, ordenamento territorial, meio ambiente, seguridade social, organização da União, etnodesenvolvimento, defesa e pesquisa. Além desses capítulos, foi organizado um índice remissivo e alfabético, a fim de facilitar a pesquisa e a movimentação do leitor pelo conteúdo da obra.

No contexto atual, caracterizado por transformações constantes, que afetam vários aspectos da sociedade, os atos jurídicos não são imunes a mudanças, pelo contrário, a todo momento são produzidos novos atos que de alguma forma afetam os direitos dos povos indígenas e sua relação com a sociedade majoritária. Nesse sentido, é importante destacar que a consulta e o estudo desta Coletânea não deve prescindir da vigilante pesquisa do leitor em busca de informações atualizadas acerca dos diversos temas abordados nesta publicação.

